
INFORMAÇÃO INSTITUCIONALIZADA E MATERIALIZADA COMO DOCUMENTO: CAMINHOS E ARTICULAÇÕES CONCEITUAIS

Information institutionalized and materialized as document: conceptual articulations and paths

Rodrigo Rabello

Universidade de Brasília - UnB, rdgrabello@gmail.com

Resumo

A pesquisa indaga sobre os caminhos para viabilizar uma construção conceitual acerca da materialidade e da institucionalidade da informação, fenômenos concernentes à transformação do objeto em documento. Objetiva (a) fundamentar e (b) sintetizar caminhos para a investigação dos fenômenos; e (c) edificar um quadro de articulações conceituais sobre a informação materializada e institucionalizada como documento. Para tanto, lançou mão de revisão de literatura, estabelecendo vínculos interdisciplinares, epistemológicos e políticos, tocantes às ciências da documentação e da informação. A pesquisa empregou, ademais, elementos teórico-metodológicos de Imre Lakatos como subsídio para a proposição de um programa de investigação, estruturante para o ordenamento e a articulação das escolhas teórico-metodológicas. Contando com contribuições de obras de Weber, Habermas, Bourdieu e Foucault, tais escolhas perpassam fundamentações de “pretensões de validade, práticas discursivas e horizontes políticos”, de “materialidade sociocultural, simbólico-burocrática e políticas de informação”, do “objeto-suporte e materialidade em ações e práticas informacionais” e dos “contextos epistemológicos e políticos: materialidade, institucionalidade e representação”. Os caminhos e as articulações conceituais culminaram no núcleo do programa, a partir do qual se pode observar que o documento é um valor informacional que se atribui ao objeto, ou seja, é o produto da significação ou da função atribuída a uma coisa em determinada institucionalidade. A materialidade do documento transcende a fisicalidade da informação num suporte, à medida que todo documento: (a) representa algo e pode ser representado; (b) é uma expressão simbólica de poder/saber. Por fim, o documento é um produto de ações e práticas sociais, sendo definido por institucionalidades da informação as quais têm o acesso e as condições de atuação condicionadas por perspectivas de materialidade.

Palavras-chave: Informação; Materialidade; Institucionalidade; Documento; Programa de investigação científica; Imre Lakatos.

Abstract

This research poses questions regarding paths and how to make it possible to build concepts on information materiality and institutionalization as phenomena concerning transforming object into document. It aims to: a) build fundamentals, b) synthesize paths to investigate phenomena; and c) build a framework of conceptual articulations on information materialized and institutionalized as document. This was achieved by means of review of literature; establishing interdisciplinary; and epistemological and political links concerning documentation and information sciences. The research employed, in addition, Imre Lakatos' theoretical-methodological elements as subsidies for the proposition of an investigation program, structuring the planning and articulation of theoretical-methodological choices. Counting on contributions from works by Weber, Habermas, Bourdieu, and Foucault, such choices pass through fundamentals of “claims to validation, discursive practices, and political horizons;” of “sociocultural, symbolic-bureaucratic and political materiality of information;” of “object-support and materiality in informational actions and practices;” and of “epistemological and political contexts: materiality, institutionalization and representation.” Conceptual articulations and paths culminated in the core of the program, from which one can observe document as informational value attributed to the object, i.e. a product of signification or of the function attributed to a thing in a given institutionalization. Thus, documental materiality transcends physicality of information on a support, as every document: (a) represents something and can be represented; and (b) is a symbolic expression of power/knowledge. Finally, the document is a product of social practices and actions, defined by institutionalities of information with access and conditions to act conditioned by perspectives of materiality.

Keywords: Information; Materiality; Institutionalization; Document; Scientific Investigation Program; Imre Lakatos.

1 Introdução

O presente artigo faz parte de uma trajetória de pesquisa que tem considerado o documento como o produto do valor institucional e material da informação atribuído ao objeto. Entende-se, nesse contexto, que a materialidade e a institucionalidade da informação constituem duas faces de uma mesma moeda. Isso faz do objeto, da informação e do documento temas privilegiados para o diálogo interdisciplinar das ciências da documentação e da informação com outros campos das ciências humanas e sociais (1).

Há, neste momento, uma preocupação de sistematização de uma agenda de investigação ou de uma mirada sobre os ombros de pesquisadores antecedentes na tentativa de avistar novos horizontes. Para o início da problematização, contribuições como as de Eduardo Murguia entoam o prelúdio argumentativo. No artigo “O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação”, de 2009, Murguia corrobora ideias do historiador polonês Krzysztof Pomian, trazendo-as para o campo biblioteconômico.

Ao questionar o predomínio da influência do saber administrativo para o gerenciamento de coleções, Murguia argumenta que o interesse biblioteconômico deve transcender àquele de organizar, gerir e permitir o acesso e a recuperação da informação. Noutras palavras, mesmo na orientação epistemológica de tais processos, a informação não pode estar acima de tudo.

Nessa direção, Murguia defende que o livro, um dos principais interesses de estudo da biblioteconomia, constitui um objeto que, pelas características materiais e institucionais, está para além da informação registrada e utilitária. Corroborando Pomian (1998, p. 77), “o livro é um semióforo: um objeto visível investido de significação”. Mas como diferenciar o semióforo das coisas utilitárias?

Para Pomian (1984), quanto mais utilidade um objeto possui, menos significado a ele é atribuído. E quanto mais significado o objeto abranger, menos utilidade prática ele terá. O autor separa “coisa” (objeto com utilidade) de “semióforo” (objeto com significado).

Uma pá, um sapato são objetos com utilidade prática, mas sem significado. São, portanto, coisas. Vale recordar que Pomian constrói esta designação sem adentrar ao mundo valorativo das mercadorias. O semióforo, por sua vez, é um objeto com significado, mas sem utilidade prática imediata. A ideia de semióforo encontra referência no conceito documento.

Como documento, o semióforo pode ter valor histórico, de memória e/ou valor estético, para acesso ao conhecimento ou a outras intencionalidades atribuídas ao objeto. Pode ocupar ambiências mais ou menos formais, como documento relacionado a outros num arquivo institucional ou pessoal, objeto num museu insti-

tucional ou comunitário, livro numa biblioteca institucional, comunitária ou numa coleção particular, etc. A união do semióforo com a coisa utilizável pode ser pensada, p. ex., quando o documento se torna um objeto de uma experiência estética particular num museu ou quando um livro é lido numa biblioteca.

Por outro lado, para Murguia (2009, p. 97), a biblioteconomia e a ciência da informação têm privilegiado a informação imaterial, ou seja, aquela que decorre de um processo comunicativo ou cognitivo. Têm, ademais, enfatizado a informação registrada num suporte, desconsiderando ou pouco se atendo à “materialidade do documento”, ou seja, ao objeto com valor por vezes relacionado à “historicidade das instituições com as quais se lida”.

A retomada da materialidade e da institucionalidade do documento pelas abordagens informacionais, conforme ressalta Murguia (2009), foi atribuída, em parte, pela aproximação ou, nalguns casos, simbiose da ciência da informação com a documentação (2). Nessa direção, a publicação dos artigos “Information as thing”, de 1991 (para Murguia, precursor), e “What is a document?”, de 1997, escritos pelo inglês Michael Buckland, são referenciais. Tais contribuições, dentre outras, têm sido interpretadas como propulsoras da “virada” neodocumentalista (3).

Em “Information as thing”, a informação é compreendida como uma evidência num suporte, inserida ou mantida num sistema de armazenamento e recuperação. As principais virtudes desta informação consistem na sua perenidade e tangibilidade num suporte – algo que a diferencia da dimensão efêmera e imaterial como “processo” (comunicação) e como “conhecimento” (produto da cognição) –, e na sua institucionalização num sistema.

A palavra “coisa” foi a designação utilizada pelo autor para definir aquele tipo de informação, algo que a caracterizaria como o principal objeto de estudo da ciência da informação. O conteúdo materializado e institucionalizado – “informação como coisa” – encontra sentido no objeto valorado/validado como documento (Buckland, 1991; 1997). Como duas faces de uma mesma moeda, materialidade e institucionalidade da informação encontram no documento uma *numisma* auto-referente.

O conceito de materialidade da informação empregado no presente artigo se diferencia do de fisicalidade do objeto. Se a fisicalidade está relacionada às propriedades físicas do objeto-suporte de informação, a materialidade, ainda que considere tais propriedades, compreende aspectos que estão para além delas, tais como a procedência e o percurso da informação até o momento da inscrição do signo, ou seja, os aspectos valorativos provenientes de práticas sociais e discursivas, sejam elas pragmáticas, simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em institucionalidades diversas, ou, ainda, intencionalidades atribuídas ao objeto antes

mesmo de ele ser valorado institucionalmente como documento, tais como memória, afetividade, identidade, instrumentalidade, biografia do objeto, dentre outros.

A institucionalidade da informação pode ser operada de modo mais ou menos formal. No modo formal encontram-se, p. ex., os sistemas de armazenamento, intermediação e recuperação de produtos e serviços de informação. Inscrevem-se no setor público ou privado, cuja legitimação legal se orienta por normas e regras positivadas. No modo menos formal, encontram-se fenômenos como o colecionismo, o arquivo pessoal, a biblioteca comunitária, o museu comunitário, a interação dos sujeitos com a *Web* (de superfície ou profunda) e com plataformas (redes sociais, etc.). Em ambos os casos são consideradas intencionalidades do objeto e modos de representação para provar algo, para obtenção de conhecimento, para alguma experiência estética, para memória particular ou coletiva, dentre outros.

Considerando as possibilidades investigativas que envolvem materialidade e institucionalidade da informação, chegam-se às seguintes indagações: tendo em vista o potencial interdisciplinar tocante às ciências da documentação e da informação, quais os caminhos para investigar a materialidade e a institucionalidade da informação concernentes à transformação do objeto em documento? À luz da sistematização de percursos interdisciplinares, como viabilizar uma construção/articulação conceitual dos fenômenos?

Ante a tais questionamentos, o presente artigo objetiva (a) fundamentar caminhos para a investigação da informação materializada e institucionalizada como documento (seção 3). Objetiva, ainda, (b) apresentar uma síntese dos caminhos delineados para, especificamente, (c) edificar um quadro de articulações conceituais da informação materializada e institucionalizada como documento (seção 4).

Para esse fim, lança-se mão de elementos teóricos e metodológicos inspirados em construtos propostos pelo epistemólogo húngaro Imre Lakatos. Tais construtos subsidiam reflexões para o desenho de um programa de investigação da informação materializada e institucionalizada como documento (seção 2) no sentido de ordenar e articular escolhas teórico-conceituais e metodológicas. Contando com contribuições de obras de Weber, Habermas, Bourdieu e, sobretudo, de Foucault, tais escolhas perpassam fundamentações de “premissões de validade, práticas discursivas e horizontes políticos” (seção 3.1), de “materialidade sociocultural, simbólico-burocrática e políticas de informação” (seção 3.2), de “fiscalidade da informação e materialidade em ações e práticas informacionais” (seção 3.3) e de “contextos epistemológicos e políticos: materialidade, institucionalidade e representação” (seção 3.4).

2 Metodologia

Parte-se do pressuposto de que a proposição de uma agenda de pesquisa, pensada em termos de programa de investigação, traz luz a possíveis caminhos para a fundamentação do argumento de que a informação materializada e institucionalizada constitui o documento.

2.1 Programa de investigação científica

Para o empreendimento de uma agenda de pesquisa, faz-se oportuno resgatar contribuições de Lakatos, retomando aspectos apresentados na publicação *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*, de 1973. Nela, o autor compreende a atuação da comunidade científica em disposições interdependentes, doravante denominadas “núcleo duro”, “cinturão protetor” e “cinturão externo (heurístico)” (Lakatos, 1999, p. 54-58).

O “núcleo duro” se refere à tradição mediante leis, conceitos e pressupostos/fundamentos. É o responsável pela identidade do programa, não podendo ser falseável por decisões metodológicas. Há que se proteger o núcleo de ataques, permitindo a continuidade dos interesses da comunidade. Busca-se resolver “o problema da apreciação objetiva do desenvolvimento científico em termos de alterações progressivas e degenerativas de problemas em séries de teorias científicas” (Lakatos, 1999, p. 54).

O “cinturão protetor” do núcleo permite o relacionamento entre teorias susceptíveis à inovação. Constitui-se de hipóteses auxiliares, condições iniciais, conceitos, terminologias e teorias. Orienta-se pelos princípios do programa, protegendo o núcleo de modo a ampliar as explicações dos fenômenos envolvidos, resguardando-o de ataques. O cinturão age como um catalisador de refutações, de questionamentos. Essa recepção permite a modificação do cinturão de modo a descartar, introduzir ou transformar alguns de seus elementos.

O “cinturão externo (heurístico)” envolve o cinturão protetor e o núcleo, sendo o responsável pela fundamentação metodológica. Orienta o processo de investigação, diferenciando procedimentos viáveis ou inviáveis. Os primeiros procedimentos indicam o que se deve evitar: atacar o “núcleo”. Os segundos orientam os caminhos para a resolução de problemas, instruindo: a) complemento teórico do núcleo para a explicação dos fenômenos, b) mudança e desenvolvimento das variáveis refutáveis, e c) modificação do cinturão protetor.

Nessa concepção, todo programa de investigação científica está em movimento, em constante construção, a partir da conjectura da “exigência de um desenvolvimento contínuo” (Lakatos, 1999, p. 99). Em tal dinâmica, os enunciados podem se modificar desde que passem pelo falseamento com vistas à refutação, algo

que, se confirmado, pode alterar a composição dos “cinturões” (4).

Faz-se oportuno observar que o esquema proposto por Lakatos foi desenhado considerando a orientação de um “núcleo”, ou objeto de investigação, estruturante de uma determinada ciência. O programa aqui proposto está na trilha daquele autor já que o “núcleo” – ao contar com o enunciado “a *informação* materializada e institucionalizada constitui o *documento*” – corresponde, respectivamente, aos principais objetos de estudo das ciências da *informação* e da *documentação*, concebidas, ainda que controversamente, como um único campo (grifos nossos).

A orientação de cunho pós-estruturalista empregada nesta investigação problematiza a rigidez estruturante de sistemas de formação. A difícil delimitação das zonas de fronteira disciplinar que os objetos de estudo estão submetidos foi assumida na presente pesquisa mediante o diálogo interdisciplinar com autores de outras ciências humanas e sociais que também dão vida à materialidade e à institucionalidade da informação e do documento. Ademais, parte-se do pressuposto de que as escolhas epistemológicas, por não serem descompromissadas e neutras, trazem implicações políticas.

Considerando as zonas de transversalidade que o “núcleo” recebe e a plasticidade das possibilidades eletivas de cunho epistemológico num mesmo sistema de formação, propõe-se *um* programa de investigação para as ciências da informação e da documentação ao invés de propor *o* programa de investigação daquele campo (grifos nossos).

2.2 Programa de investigação científica e ciência da informação

O estudo de Rendón Rojas se valeu da concepção lakatiana para propor o “*programa de investigación de la bibliotecología*”. Para tanto, foi desenhado o seguinte modelo: “núcleo” = sistema informativo-documental (5); “cinturão protetor” = instituição informativa-documental, profissional da informação, usuário, informação, documento; “cinturão externo” = campo das heurísticas (Rendón Rojas, 2005; 2008).

Outra interpretação tocante à criação de programas de investigação pode ser observada na pesquisa de González de Gómez (1999/2000). A autora aborda aspectos metodológicos cuja complexidade advém do reconhecimento de premissas “poli-epistemológicas” presentes na ciência da informação. Para tanto, problematiza a ideia de um único programa de investigação ao destacar a influência e/ou a consequência da escolha metodológica para a intervenção no campo à luz da “dupla hermenêutica”, de cunho político e epistemológico (6).

Com efeito, podem ser agrupadas famílias de perguntas em torno de núcleos os quais, no campo da ciência da

informação, deveriam abranger, dentre outros aspectos, “ações e práticas de informação”, “contextos organizacionais” e “infraestruturas” de modo a articular indagações que encontram concretude na relação entre a comunidade, a pólis e as redes. Tais possibilidades levariam, portanto, à conformação provisória de núcleos investigativos e, por conseguinte, de distintos programas de investigação (González de Gómez, 1999/2000).

A pesquisa realizada por Rabello (2009) fundamentou a possibilidade de o documento fazer parte do programa de investigação da ciência da informação, conforme projetado por Rendón Rojas (2005). Se naqueles estudos havia uma preocupação eminentemente epistemológica, outros passaram a admitir a emergência da “dupla hermenêutica” em que se agrega a politicidade da informação (González de Gómez, 1999/2000).

A ideia de materialidade e de institucionalidade da informação converge com as premissas de González de Gómez ao recepcionar dimensões epistemológicas e políticas (Rabello, 2018; Rabello e Rodrigues, 2019). Há, nesse caso, a possibilidade de existência e/ou comensurabilidade de mais de um programa de investigação em um ou mais campos do saber. Pode contribuir para a proposta de programa de Rendón Rojas ou para outros programas em cujo “cinturão protetor” recepcione construtos – tocantes, p. ex., à informação e/ou ao documento – de interesse para auxiliar na proteção do “núcleo”, seja ele qual for.

2.3 Caminhos do programa, da apresentação e da análise dos resultados

A sistematização do programa de investigação se apresenta num repertório conceitual ao qual são atribuídos números romanos entre colchetes correspondentes a enunciados (denominados caminhos). As notas de rodapé são constituídas por numeração arábica entre parênteses e seus conteúdos constam no final do artigo.

O texto, com o objetivo de “construir” o objeto de estudo – no sentido bachelardiano – segue um raciocínio indutivo, passando pelos cinturões “externo” e “protetor” e culminando na defesa do argumento central que constitui o “núcleo” do programa.

Espera-se que o “núcleo” – depois de constituído e ao apontar para conceitos e para pressupostos e fundamentos gerais – possa orientar, em pesquisas futuras, o exercício dedutivo mediante, p. ex., a aplicação e/ou falseamento dos elementos dos cinturões “externo” e “protetor”, desenhados para o programa proposto.

Na revisão de literatura (seção 3) são estabelecidos os vínculos teóricos interdisciplinares tocantes às ciências da documentação e da informação (objetivo “a”), os quais levam aos caminhos propostos e à articulação conceitual para a fundamentação dos “cinturões” e do “núcleo” do programa.

A seção 4, dedicada à apresentação e análise dos resultados, traz a síntese (objetivo “b”) orientada pelos numerals romanos atribuídos aos caminhos definidos e ordenados em um quadro (Apêndice 1). Tais caminhos também foram representados em figura (Apêndice 2). Por fim, a seção apresenta uma articulação conceitual de modo a corroborar a tese do núcleo: a informação materializada e institucionalizada constitui o documento (objetivo “c”).

O artigo é, portanto, o resultado de uma investigação teórica que lança mão do recurso lógico-argumentativo para a defesa de um argumento central.

3 Revisão de literatura

3.1 Pretensões de validade, práticas discursivas e horizontes políticos

As pretensões de validade, as práticas discursivas e os horizontes políticos compõem aspectos metodológicos fundamentados, respectivamente, na teoria da ação comunicativa, no método arqueológico e no método genealógico. Tais aspectos, no âmbito do programa, constituem o “cinturão externo”. Eles são fundamentados filosoficamente pela pragmática [i], pela hermenêutica [ii] e pela fenomenologia [iii].

A ação comunicativa é o objeto da “teoria dos atos da fala” ou “teoria da ação comunicativa”, formuladas por Jürgen Habermas mediante ancoragem na pragmática formal. O construto contempla e procura avançar em aspectos da “teoria da ação social”, de Max Weber, centrada nos atores sociais e em suas ações significativas (Weber, 1978).

A teoria da ação comunicativa [iv] tem como preocupação o déficit constitutivo de legitimação motivado por modos complexos de interação sem a existência de garantias normativas, valorativas e legais. A teoria tem como horizonte a “cooperação entre (pelo menos dois) atores que coordenam as suas ações instrumentais para a execução de um plano de ação comum” (Habermas, 2010, p.137). Há, com efeito, interações comunicativas na vida cotidiana que reservam um “potencial de recursos normativos e valorativos, capazes de fornecer critérios para a crítica e, quiçá, subsídios para novas utopias democráticas” (González de Gómez, 2016, p.46).

No vínculo ilocucionário, Habermas busca compreender as demandas de validade naquilo que preferiu denominar de “teoria consensual da verdade” (Habermas, 2010). Parte da tipificação básica dos vínculos ilocucionários consiste na ação “orientada para fins” (ou “teleológica”) que permite a distinção de ao menos dois critérios de coordenação da ação, um orientado ao “êxito” e outro ao “entendimento mútuo”.

Nessa direção, considera-se a validação e a revalidação das “pretensões de validade”, demandando a aprovação dos interagentes segundo “compreensibilidade”, “cor-

reção”, “sinceridade” e “verdade”. Outorga-se o papel heurístico da pragmática mediante a qual se investiga a negação ou a contestação de uma oferta enunciativa de um proponente por um oponente.

Aspectos da validação da informação ou das pretensões de validade têm sido estudados nas ciências da informação e da documentação em termos de relevância (Saracevic, 2009), de credibilidade (Rieh e Danielson, 2007) ou de autoridade cognitiva, para compreensão dos produtos/índícios de autoria (Rieh, 2002). Tais aspectos, somados àqueles de natureza intercultural dos discursos, são importantes para o estudo da dimensão ética e política dos jogos de linguagem wittgensteiniana (Capurro, 2011).

O conceito wittgensteiniano de “semelhança de família” permite um quadro com expressões que orbitam a questão da “validade de informação”: “credibilidade da informação”, qualidade percebida, não sendo encontrada no objeto ou na pessoa; “autoridade cognitiva”, autoridade de alguém ou de algo diante de atributos informativos; e “qualidade da informação”, busca de fontes e filtros confiáveis durante o processo de seleção de algum objeto informativo (Figueiredo e González de Gómez, 2011). Com a pragmática habermasiana, as “demandas de validade passam a ser tematizadas”, transferindo o plano da “ação comunicativa ao plano reflexivo dos discursos” (González de Gómez, 2016, p. 47).

O método arqueológico [v] foucaultiano tem como objeto teórico a hermenêutica das práticas discursivas, buscando descrever por que os discursos, num dado momento, são orientados estrategicamente por determinadas conformações. Por discurso entende-se enunciados que, em conjunto, desvelam a composição de um mesmo sistema de formação, como é o caso do discurso clínico, econômico, psiquiátrico, dentre outros. A arqueologia permite “atacar as performances verbais” dos enunciados dotados de materialidade repetível, dissociando de sua complexidade de modo a “isolar os termos que nelas entrecruzam”, determinando “as diversas regularidades às quais obedecem” (Foucault, 2005, p.149).

A importância do discurso se sobrepõe ao significado sério, objeto das ciências humanas e sociais. “O arqueólogo [foucaultiano] estuda os enunciados mudos evitando assim envolver-se com a pesquisa séria da verdade e do significado que ele descreve” (Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 96). A descrição do discurso-objeto tem como propósito a reescrita dos modos pelos quais as formações discursivas, seus objetos, sujeitos, conceitos e estratégias procuram significar e descobrir a verdade.

Na arqueologia, o arquivo individual de cada sujeito não pode ser descrito, pois é no âmago de suas regras que as formulações discursivas são operacionalizadas. É o próprio arquivo do falante que fornece o dizível e

“as suas modalidades de aparecimento, as suas formas de existência e de coexistência, o seu sistema de acumulação, de historicidade e de desaparecimento” (Foucault, 2005, p. 175). Em tais arcabouços individuais forma-se o “horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a determinação do campo enunciativo” (Foucault, 2005, p. 176).

O aparente desinteresse da arqueologia foucaultiana decorre da despreensão de alcançar a retomada da origem ou a recordação da verdade dos monumentos que, segundo o método arqueológico, são mudos; na arqueologia, o intérprete se retira da participação do debate sobre tais monumentos. Essa postura pode ser observada à medida que os conflitos que tais monumentos produziram “são o resultado de uma ilusão misteriosa e inevitável [...] de que sempre poderia haver questões em favor das quais valeria a pena argumentar” (Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 96).

O método genealógico [vi] foucaultiano se caracteriza pela priorização da prática ante a teoria (arqueologia) e a hermenêutica. O sujeito investigador não se constitui como o expectador desligado dos monumentos discursivos mudos. Ele passa a “diagnosticar e compreender o significado das práticas sociais a partir do seu próprio interior” (Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 115). Busca “decifrar” o significado hermenêutico das práticas em sua organização e operacionalização, mas indo além ao diagnosticar o “biopoder”, entendido como o conjunto de práticas históricas.

Em “Nietzsche, a genealogia e a história”, de 1971, Foucault se debruça sobre a análise do poder. Para tanto, segue o caminho de oposição ao método histórico tradicional. No olhar distanciado do intérprete da genealogia “não há essências fixas, nem leis subjacentes, nem finalidades metafísicas [...] [a genealogia] recorda o passado da humanidade para desmascarar os hinos solenes do progresso” (Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 118-119).

A genealogia “se opõe à pesquisa da ‘origem’” (Foucault, 2002, p. 16) indo em direção à “proveniência”, algo que leva a questionar a autoridade hermenêutica quando em busca da verdade. “A genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações”. Ela se opõe “à profundidade, à finalidade e à interioridade” (Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 119) para revelar que as coisas não têm essência à medida que elas foram construídas “peça por peça a partir de figuras que lhes eram estranhas”. (Foucault, 2002, p. 18).

O genealogista observa relações de força operando em acontecimentos específicos, movimentos históricos e história, num campo de batalha onde não existe um sujeito, individual ou coletivo, “conscientemente” movendo a história, à medida que ela se forja a partir

de práticas diversas. A relação de dominação ocorre mediante “rituais meticulosos de poder”. Em “cada momento da história a dominação se fixa num ritual; ela se impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos” (Foucault, 2002, p. 25).

O termo composto poder/saber [vii] provém das formulações genealógicas de Foucault, mesmo que já estivesse implícito nas obras arqueológicas (Feder, 2018), e é abordado, dentre outras ocasiões, quando são tematizadas as relações entre saber biológico e o poder moderno, em obras como *História da Loucura na Idade Clássica*, de 1961, e *O Nascimento da Clínica*, de 1963, ou seja, quando Foucault tematizou o corpo estando mergulhado num campo político (Dreyfus e Rabinow, 1995). O corpo, nesse contexto, é formado e construído por regimes onde se atua uma tecnologia política e mecanismos que se inter-relacionam com o Estado e com instituições particulares, num fenômeno denominado de microfísica do poder (Foucault, 2002, p. 27).

Na obra *Vigiar e Punir* (1975), “poder e saber estão diretamente implicados; [...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 1987, p. 27). O autor apresenta uma interpretação “que não considera o poder como uma posse que um grupo tem e outro não; que não considera o saber objetivo ou subjetivo, mas um componente centrado na transformação histórica de vários regimes de poder e de verdade” (Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 130-131).

O sentido de poder “funciona mediante a cultura e os costumes, as instituições e os indivíduos” (Feder, 2018, p.77). O saber é o conhecimento implícito, permeado socialmente também no “senso comum”, que molda o conhecimento explícito institucionalizado nas ciências. Com efeitos múltiplos, o poder/saber não pode ser pensado em termos de positividade ou negatividade. Os efeitos são “produtivos”, ou seja, “são avaliações instáveis, tanto positivas quanto negativas, que podem ser revertidas através da história” (Feder, 2018, p.77).

3.2 Materialidade sociocultural, simbólico-burocrática e políticas de informação

As práticas discursivas e os horizontes políticos, tocantes à pragmática e à materialidade dos enunciados, podem se inscrever em saberes preocupados com a historicidade da intervenção informacional dos sujeitos. Nessa direção, a materialidade sociocultural, simbólico-burocrática e políticas de informação compõem aspectos teóricos fundamentados, respectivamente, no âmbito da teoria da cultura material, da burocracia e dos regimes de informação. Situadas no âmbito do programa proposto, estes construtos constituem “presupostos de fundo” teórico do “cinturão protetor”.

A cultura material [viii] é um fenômeno que remete aos testemunhos da presença e da intervenção do homem no meio ambiente e nos objetos ali presentes, em dessemelhantes contextos socioculturais. Quando tomada como objeto de estudo no âmbito científico, no século XIX os estudos sociológicos de Émile Durkheim contribuíram ao se voltarem a mecanismos gerais do funcionamento das coletividades humanas.

A disciplina arqueologia sofreu uma mudança paradigmática quando passou a estudar o valor cultural do objeto em distintos contextos, deixando de priorizar a pré-história, antes dedicados à arte rupestre, às ossadas e utensílios. A antropologia, à exceção da etimologia, “nunca se interessou muito pela cultura material” (Bucaille e Pesez, 1989, p. 17). A historiografia, a partir das contribuições dos *Annales*, como as de Fernand Braudel, tem ocupado o lugar dos arqueólogos para o estudo dos fenômenos pós-invenção da imprensa (Burke, 1992).

O estudo da cultura material busca compreender as diferentes significações atribuídas aos objetos em distintas culturas e/ou em diferentes contextos e períodos históricos (Pomian, 1984). O conceito de cultura material supõe quatro aspectos: 1. Anonimato, 2. Permanência, 3. Inserção na infraestrutura social ligada às técnicas e tecnologias, e 4. Objeto (Bucaille e Pesez, 1989).

Tais aspectos podem ser vislumbrados nos produtos materiais do capitalismo ou das religiões que buscam “impor posições particulares sobre a materialidade”. Ainda que numa escala menor, mas significativa, “a materialidade é obviamente importante para o estudo da mídia, a definição da arte, a criação de novos instrumentos financeiros, as políticas ambientais e para o respeito que temos pelas pessoas” (Miller, 2013, p. 107). Ressalta-se, ainda, a relevância dos produtos materiais advindos da racionalidade burocrática moderna.

A burocracia [ix] é um fenômeno investigado na obra do sociólogo alemão Max Weber. Contrapondo-se à perspectiva funcionalista, Weber considerou os grupos sociais a partir de uma relação particular do todo (sociedade) com a parte (indivíduos), buscando o sentido (significado e intenção) alcançado pelos agentes, mediante roteiros e ações significativas (Weber, 1978). A condição dos agentes interfere nas ações com modalidades específicas capazes de serem captadas e positivadas mediante as tipologias ideais. O instrumental do tipo ideal pressupõe que é possível conhecer partes finitas do homem, raramente dispostas num estado puro da realidade histórica (Freund, 1975).

Essa perspectiva encontra exemplo no empreendimento de Weber ao estudar a ética dos calvinistas puritanos expressa numa conduta racional e metódica observada como parte do “espírito do capitalismo” (Weber, 2004). Esse fenômeno é composto por uma “teia social” cujos

significados estão inter cruzados em esferas autônomas. A burocracia se constitui como expressão do tipo ideal “racionalidade prática”, apresentando-se como o espaço político no qual tal racionalidade encontra sua completude e globalidade. Corresponde a um tipo de administração e em modos de expressão da ciência.

O coletivismo constitutivo da burocracia considera a relação Estado (todo universal) e indivíduo (parte). O Estado, nessa relação, suprime as particularidades. A burocracia pode ser definida como “sistema de condutas significativas e não só um sistema de organização formal” (Tragtenberg, 1985, p.187-188). Como expressão simbólica de poder do Estado (Bourdieu, 1996), a racionalidade burocrática na administração moderna encontra, num de seus princípios, “documentos escritos (‘os arquivos’), preservados em sua forma original ou em esboço” (Weber, 2002, p. 230).

Um dos aspectos da dimensão simbólica [x] da burocracia, trazida por Pierre Bourdieu, consiste na relação entre os atributos de autoridade do documento validados institucionalmente e a lógica de funcionamento do Estado moderno (Bourdieu, 1996). É interessante observar que o “capital simbólico” do Estado se manifesta, em parte, no seu potencial legiferante e na figura universal personificada por parte dos sujeitos que desempenham ações dessa natureza.

Essas ações simbólicas alcançam os horizontes dos atos ou discursos oficiais para, p. ex., a nomeação de comissões ou emissão de atestados. Os agentes possuem autoridade e são “oficiais” autorizados para uma função ou cargo designado pelo Estado. Há uma “magia da nomeação oficial, uma declaração pública, [assim que] cumprida formas prescritas [...] o Estado exerce um verdadeiro poder criador quase divino” (Bourdieu, 1996, p.113-114).

Uma das características do “capital simbólico” do Estado decorre da possibilidade de percepção, de entendimento, de reconhecimento, de atribuição de valor e, sobretudo, de sujeição por parte dos agentes sociais (Bourdieu, 1996). Esse “capital” se traduz, em parte, em “capital de informação” (manifestação do “capital cultural”) numa dimensão objetiva – como é o caso da cartografia, do recenseamento, da estatística, do meio escrito, do arquivo – expressa em operações unificadas, totalizadoras, universalizantes e homogeneizadoras, enfim, como forma de “racionalidade burocrática” (Bourdieu, 1996, p.104-105).

O arquivo seria um “tipo ideal” para o estabelecimento de uma rigorosa organização burocrática, cujo conhecimento envolvido se insere como virtude para eficiência da administração (Weber, 2002), algo de particular relevância à arquivologia (Fonseca, 2005). Os documentos da burocracia moderna e sua organização em espaços específicos – arquivos – se apresentam como parte de uma racionalidade em que se atribui sentidos e valores aos objetos segundo as funções atribuídas insti-

tucionalmente que resultam, dentre outros aspectos, na noção de patrimônio. O documento tende a estabelecer um vínculo indissociável ao patrimônio institucionalizado à medida que permite sua validação e estabilidade (Grigoletto e Murguia, 2015).

A dimensão simbólica dos espaços e saberes de produção e reprodução de documentalidades (Frohmann, 2009) pode transcender os lugares consagrados pelo Estado. Nesses outros espaços podem ser formadas, p. ex., coleções diversas (Pomian, 1984), como em santuários religiosos ao mesmo tempo “sagrado, profano, catequético, expositivo, informacional” (Souza e Murguia, 2012). Outros modos emergentes de institucionalidades, em novas simbologias e aderentes às tecnologias e às questões políticas e econômicas, podem ser investigados em termos de regimes de informação.

Os regimes de informação [xi] constituem o modo de formação social dominante que define a maneira de produção da informação vigente em certo espaço, tempo e conjuntura. Estão inscritos em possibilidades culturais e tensionados por relações de poder. Moldam ou influenciam a ação dos sujeitos, das organizações, das regras e das autoridades. Direcionam a escolha dos meios e dos recursos informacionais preferenciais, bem como os critérios de padronização da informação referencial ou de excelência. Padronizam os modos de organização, interação e distribuição da informação, constituindo redes, formais e informais, relativamente estáveis, orientados por ações e práticas (González de Gómez, 2002).

O construto regime de informação foi originalmente enunciado no campo das ciências da documentação e da informação na década de 1990 por autores como Mark Poster e Bernd Frohmann, os quais, numa leitura foucaultiana e latouriana, adentraram a dimensão de política de informação para além da esfera governamental e estatal, numa rede de atores humanos e não humanos. Parte desse preâmbulo acompanha as “Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação” realizadas por González de Gómez (2019). A autora, nesse estudo, recupera o conceito de Regime Global Emergente de Informação (RGEI), de 2004, cunhado por Sandra Braman mediante aportes das ciências políticas e das relações internacionais.

González de Gómez (2019) corrobora o diagnóstico das mudanças de perspectivas nas questões de informação que tangem o estatuto (políticas de “baixo impacto” ou “alto nível”), a escala da agência (alcance global) e a unidade de análise no âmbito do RGEI. A delimitação da unidade de análise nos regimes de informação recebe a influência da “transversalidade” do cenário, que toca o processamento e as infraestruturas de informação, e da “modularidade” em plataformas digitais e em rede, no bojo das infraestruturas (González de Gómez, 2019, p. 139-147).

O processamento de informação em grande escala, em condições e efeitos de funcionamento da computação e das tecnologias de redes digitais, encontra paralelo, nalguma medida, na dificuldade regulatória e de especificações jurídico-normativas. A internet se configura como uma metáfora a essa dificuldade de regulação. Em meios digitais e em rede são realizadas ações políticas significativas definidas, segundo Braman, pelos próprios meios, pela audiência ou pelos espaços de expressão e dos conteúdos.

As infraestruturas de informação [xii] são construções que funcionam oscilando entre a esfera do senso comum e do saber técnico ou científico. Elas acompanham tecnologias incrementadas em componentes heterogêneos (sistemas, serviços, ferramentas e fluxos), em interfaces abertas ou padronizadas e/ou em comunidade diversificada de geração e uso. Destacam-se o caráter relacional entre padrões, memória e protocolos, entre humanos e computadores. A relação ocorre em ambientes e sistemas com capilaridade e penetração, como é o caso daqueles subsumidos em infraestruturas epistêmicas, tais como em agências de fomento, sociedades profissionais, bibliotecas, banco de dados, etc.

Para além da “transversalidade” das infraestruturas de informação há o fenômeno de “modularidade”. Ele ocorre quando as infraestruturas são platformizadas digitalmente e em rede. As plataformas digitais caracterizam-se por demandas de recursos (*software*, documentos, dados) de compartilhamento, de abertura para parceiros e usuários, de controle, de *design* técnico e interface, de relações entre proprietários, desenvolvedores e usuários. Ou ainda, demandas híbridas de abertura, acesso e controle. Dentre as críticas à platformização (p. ex., voltadas às mídias sociais, Facebook, etc.), encontra-se àquela direcionada ao poder normativo que a plataforma alcança efetivamente ao moderar discursos públicos digitais.

O RGEI traz ao conceito de regimes de informação uma mudança na unidade de análise. Nela, o triângulo governo, governança e governamentalidade se situa num modelo global. Os sujeitos, nos fluxos globais de informação, podem ser não-estatais, estatais e “emergentes”. O conhecimento legitimado, como o técnico e científico, seria uma das variáveis intervinientes ou de convergência na configuração jurídica e de normas e regras, bem como na demarcação geopolítica dos Estados Nacionais ante os cenários internacionais, estatais e privados (González de Gómez, 2019).

3.3 Fisicalidade da informação e materialidade em ações e práticas informacionais

As teorias da cultura material, da burocracia e dos regimes de informação têm como ponto em comum o interesse pelo entendimento das repercussões informacionais, materiais e institucionais (socioculturais, sim-

bólicas, de poder/saber, dentre outras) das ações e práticas dos sujeitos.

A materialidade e a institucionalidade da informação, ao passo que necessitam de alguma fisicalidade (objeto-suporte analógico ou digital), inscrevem-se em construções conceituais particulares (ações de informação) exemplificadas em termos de práticas específicas (como é o caso daquelas constituintes da fase documental, do desenvolvimento de coleções e da organização do conhecimento). Situadas no âmbito do programa proposto, estas construções teórico-conceituais constituem “pressupostos particulares” do “cinturão protetor”.

A fisicalidade da informação [xiii] está relacionada às propriedades físicas do objeto-suporte que garante sua existência no espaço e no tempo. O objeto – em escalas das infraestruturas de informação – remete, portanto, à fisicalidade do meio pelo qual se concretiza o registro. A partir das suas propriedades físicas, todo objeto pode suportar informação, abrangendo a escala mais elementar ou referencial do registro (talhe, impressão, letra, número, palavra, *bit*, dado, metadado ou metainformação). O suporte pode recepcionar configurações mais complexas ao comportar textos, sons, imagens, multimídias, *hiperlinks*, interconexão de sistemas ou redes. Há, todavia, uma distinção que auxilia a apreensão do objeto em termos de suporte da informação, já que este pode ser analógico ou digital.

O suporte analógico [xiv], com conteúdo aparentemente mais estável e menos fluido, pode ser de analogia direta ou indireta. A analogia direta conta com os sentidos humanos para o contato e leitura de registros e imagens (escrita, fotografia, inscrições em relevo etc.) em suportes físicos, como papel, pedra, plástico, madeira, etc. Na analogia indireta, tais registros são contactados pelos sentidos e acessados mediante algum dispositivo eletrônico, algo responsável por denominá-los suportes eletrônicos. O microfilme, as imagens fílmicas e sons (cinema em película), as gravações de áudio (meios magnéticos), são exemplos de registros em objetos de analogia indireta por meio de suportes e equipamentos eletrônicos, conquanto essa categoria possa também abranger codificações em outras formas de registros analógicos.

O suporte digital [xv], com conteúdo aparentemente menos estável e mais fluido, é de natureza eminentemente indireta, já que o acesso aos registros nele contidos necessita impreterivelmente de um dispositivo eletrônico de processamento e leitura. Possui como característica a numerabilidade, ou seja, o registro pode ser reduzido a números ou a um fluxo numérico, com combinações abstratas diversas. O mínimo denominador é o “dígitto binário” ou *bit*, valores lógicos em relações de 0 e 1. Ele “não possui nenhum valor absoluto. Ele assume valor significativo no momento em que se encontra inscrito na série numérica de determinado sistema” (Salarelli, 2008, p.8-9).

O suporte digital igualmente se caracteriza por alguma fisicalidade (plástico e metais das placas eletrônicas, p. ex., *chip* de memória *flash*; plástico dos discos compactos, etc.) que, mediante processamento e leitura (dispositivo ou sistema computacional), permite o fluxo e a inteligibilidade das sequências de símbolos binários. Os computadores ou dispositivos computacionais (como os tablets e os smartphones) permitem a criação, o recebimento, a transmissão e o processamento de dados. A partir do suporte digital, os dados indiretamente (por dispositivos) podem se traduzir em imagens estáticas (fotografia, figura etc.) ou em movimento (filme, animação etc.), em sons (voz, música, ruído) e em textos, elementos que podem ser combinados em distintos formatos. Tem como característica a possibilidade de mescla e/ou interligação (*hiperlinks* off-line ou on-line, em intranets ou na internet), conforme disponibilidades tecnológicas de *hardware*, *software*, processamento e tipo de conexão (7).

A condição de objeto perpassa, ademais, intencionalidades próprias a sua criação ou exteriores, em algo que está para além da fisicalidade. Portanto, a fisicalidade pode ser valorada segundo a significação que se atribui ao objeto analógico ou digital. A intencionalidade atribuída ao objeto pode, em termos de materialidade, ser considerada como um aspecto de interesse de estudo da cultura material (Murguia, 2014).

Ao citar Baudrillard – para quem a institucionalidade do objeto resulta de abstração, construção e visão de mundo –, Murguia (2011) traz luz à intencionalidade do objeto, abordando as seguintes contribuições: a) os sentidos de artefato ou de signo para a interpretação da “biografia” do objeto (I. Kopytoff), b) os valores de mercadoria (A. Appadurai), c) de manuseabilidade, como artefato e signo (J. Maquet) e d) de posse, como fonte “de poder” e “de continuidade do eu” (M. Csikszentmihalyi).

A materialidade da informação [xvi] pode ser pensada, segundo Frohmann, a partir de uma leitura da arqueologia foucaultiana que o leva a considerar o documento como um valor que se atribui ao objeto ou como uma expressão material e simbólica. A abordagem permite a correspondência entre enunciados, informação e documento, cuja materialidade é constituída na ocasião em que tais enunciados circulam socialmente. Os enunciados ganham maior tessitura segundo o grau de institucionalização e de inserção em redes, demarcando seu caráter social e público (re)definido em campos e práticas.

Os estudos dos efeitos da materialidade da informação na coletividade, com base na materialidade dos enunciados, trazem um contraponto às análises “mentalistas”, que operam no plano individual. Tal materialidade “não consiste simplesmente de sua existência no espaço e no tempo. A materialidade é medida pela massa, inércia e resistência” (Frohmann, 2006, p. 22). Para

essa concepção, “não é o conteúdo do documento que interessa, mas seu papel nos sistemas sociais” (Lara, 2010, p. 37).

O documento seria a chave para a compreensão do grau de imersão institucional dos enunciados e das rotinas institucionais, à medida que o documento “nomeia a materialidade da informação”. O que definirá a materialidade, nesses termos, são as regras de transformação, de ampliação e as conexões entre os enunciados, cuja existência (materialidade) transcende os elementos linguísticos. “Sua massa responde pela energia de seu poder de afetar, ou seja, o poder de criar efeitos” (Frohmann, 2006, p. 22).

As gradações de estabilidade e de acomodação dos enunciados estão relacionadas à capacidade de tais enunciados resistirem à transformação, à deterioração ou à desestabilização. “Quando compreendemos a fonte da massa e da inércia do enunciado, compreendemos também a fonte de sua energia, força e poder” (Frohmann, 2006, p. 22). Resta indagar como a estabilidade do enunciado é mantida e como exerce força e poder. Nessa direção, as rotinas institucionalizadas apontam para um caminho profícuo de investigação.

Os enunciados são orientados pelo regime de materialidade, seguindo “a ordem da instituição mais do que da localização espaciotemporal; [tal regime] define possibilidades de reinscrição e de transcrição” (Foucault, 2005, p.143). Assim, a materialidade se insere na trama de institucionalidades em cujas propriedades (manipuláveis) encontram nos documentos tessitura, pois são eles que “circulam através e dentre as instituições [apresentando] uma materialidade pronunciada” (Frohmann, 2006, p. 24).

Considerando o documento e a materialidade nele pronunciada e forjada institucionalmente, parte-se do pressuposto de que os estudos de ações e práticas informacionais se apresentam como terreno fértil para a compreensão das rotinas institucionalizadas e, portanto, para entender, nalguma medida, a estabilidade, a manutenção e o exercício de força e poder dos enunciados.

As ações de informação [xvii], conforme formulação inicial de Gernot Wersig e G. Windel, correspondem a uma perspectiva situacional que não privilegia o cognitivismo, já que são concebidas a partir de abordagens individual e coletiva. Nelas, a apreciação dos discursos ocorre de forma estratificada em “estados da ação” (Wersig e Windel, 1985). O construto encontra referência na teoria da ação social, de Max Weber, e na teoria da ação comunicativa, de Jürgen Habermas.

A releitura dessa abordagem foi empreendida por González de Gómez (1999) ao recorrer à pragmática formal que inclui a filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein e a teoria da ação comunicativa de Habermas para refletir sobre os estratos da informação no âmbito dos regimes de informação.

O trabalho de González de Gómez (1999) segue o caminho traçado por Wersig e Windel (1985), enfocando o caráter seletivo e estratificado das ações de informação. Para tanto, a autora trouxe um quadro complexo, considerando o significado de regras, modelos e contratos.

Esse esforço inicial foi necessário para que a autora pudesse conceituar ação social e ação de informação em suas variáveis polimórficas e mimeomórficas, bem como a tipologia que caracteriza os atores sociais e os atores gnosiológicos.

A autora considera, para tanto, as regras produtivas e articuladoras de determinantes cognitivos e de práxis preferenciais que se repercutem ou orientam valores ou testemunhos informacionais no meio social. Constituem camadas e atos seletivos decisoriais com a sobre-determinação da “indecibilidade estrutural” da informação.

Tal indeterminação deriva, portanto, de atos eletivos – explícitos e formais ou tácitos e informais – de sujeitos para deliberações que “estipulam qual é o caso em que a informação é o caso” (González de Gómez, 1999, p. 4). Segundo a autora, as ações de informação resultam de variáveis políticas e éticas que constituem os seguintes estratos:

– “estrato metainformacional ou infraestrutural” – “[...] onde se estabelecem as regras de sua interpretação e distribuição, especificando o contexto onde uma informação tem sentido” (p. 9). São regras e regulamentações constituídas por diversas instâncias ou práticas documentais cujas ações constituem mecanismos de conformação e controle. Corresponde ao lugar da política de informação ou da padronização de modos de interpretação e distribuição, especificando o contexto onde uma informação tem sentido.

– “estrato informacional ou semântico” – proposto ante a flexibilidade interpretativa cujas variáveis encontram-se nas motivações das práticas, das trocas de ideias, das divergências, das disputas, influenciando, p. ex., a produção de modelos teóricos e técnicos e de tecnologias. Tal flexibilidade perpassaria as formas contemporâneas de regimes de informação que, em tese, condicionam as ações de informar e de buscar informação, antecipando “[...] a concepção ou aceitação de algo como informação” (González de Gómez, 1999, p. 9). Tal antecipação encontra lócus nas redes prático-discursivas que se orientam por critérios de validação, em normas e em regras. Além disso, os artefatos de informação, depreendidos do processo de produção documental, também trazem consigo elementos que justificariam a validade informacional.

– “estrato dos dispositivos de informação” – pressupostos na documentação reunida de antemão e que traz a memória das ações de informação, bem como os instrumentos dispostos pelo ambiente cultural. Esse estra-

to possibilitaria a criação de instrumentos e meios para sua relação e disponibilização mediante “artefatos informacionais” (dimensão material, tangível). Além disso, os “dispositivos” podem ser associados ao conceito de “metainformação”. Enquanto a “metainformação”, conduzida por regras, seria estruturante à informação, o dispositivo exerceria função similar para a construção das redes, sobredeterminando-as e especificando-as a características particulares.

Tais estratos podem ser pensados em termos de práticas informacionais [xviii] e correspondem, p. ex., às práticas documentais nos regimes de informação. Para González de Gómez (1999/2000, p. 337), “uma ação de informação antecipa e condiciona a concepção ou aceitação de algo como informação – tal como a ação de documentar antecipa e condiciona o que será produzido e reconhecido como documento”. As ações (gerais, abstrato/concreto) remetem a contextos das práticas (específicas, vida cotidiana/institucional), em escalas que tocam dimensões éticas e político-econômicas.

O estrato “metainformacional” ou “infraestrutural” corresponde às políticas de informação que suscitam práticas constituídas, constituintes e/ou orientadas por normas e regras, de alcance na vida cotidiana ou nas instituições. Neste último caso, observam-se, p. ex., políticas para a gestão de produtos e serviços de informação, para empreendimentos organizacionais ou de governança no âmbito do *big data* e *e-Science*, para o desenvolvimento de coleções, para a organização do conhecimento, dentre outras.

O estrato “informacional ou semântico” corresponde às práticas institucionais voltadas, p. ex., para a modelização de dados em contextos do *big data* e *e-Science*, para a criação de algoritmos em plataformas digitais e em rede, para o desenvolvimento de coleções, para a organização da informação, em termos de tratamento descritivo e/ou temático, dentre outras.

O estrato dos “dispositivos de informação” corresponde aos saberes e às práticas que resultam na criação de instrumentos ou tecnologias, p. ex., para o desenvolvimento de banco e base de dados no âmbito do *big data* e *e-Science*, para a criação de dispositivos em plataformas digitais e em rede com vistas, p. ex., a recuperação de informação (sistemas, redes, *software*, etc.), para o desenvolvimento de coleções (metodologias manualizadas), para a organização do conhecimento, em termos de linguagens artificiais (sistemas de classificação, tesouros, taxonomias, ontologias, etc.), dentre outros.

As práticas informacionais podem compor processos particulares tocantes, p. ex., a produção, o processamento, a intermediação, o uso e a apropriação da informação e do conhecimento, instrumentalizados por tecnologias e permeados ou orientados pela relação poder/saber. Vejam-se, a seguir, práticas em contextos historiográfico-arquivístico (tocantes, p. ex., ao arqui-

vamento) e biblioteconômico-documentalista (tocantes, p. ex., ao processo seleção e às práticas no âmbito da organização da informação).

A fase documental [xix], apresentada pelo historiador francês Paul Ricœur, perpassa práticas que consideram memórias “natural” e “artificial” e tocam modos de representação da realidade. Tais práticas são advindas do inter cruzamento de três fases: testemunho oral (memória natural), arquivamento (memória artificial) e prova documental (modo de representação) (Ricœur, 2007).

A fase do testemunho oral se caracteriza pela expressão da fala, da memória declarada ou do depoimento proferido. Ela representa a instituição da memória natural que permite a memória artificial, sendo concebida como um tipo de propedêutica para a construção de fontes visando ao arquivamento e à prova documental em contexto judicial ou historiográfico. A memória artificial também pode ser pensada a partir da produção literária, em sua expressão documental, científica ou ficcional.

A fase do arquivamento é constituída como expressão da memória artificial útil para a certificação da narrativa expressa pelo autor (declarante) mediante algum aferimento técnico, p. ex., da autenticidade; enriquece ou potencializa, portanto, a fala do testemunho ao permitir que ela, a fala, seja posta em situação contraditória em relação aos demais documentos. O arquivamento se caracteriza pelo ordenamento sistemático dos documentos nalguma instituição. O contexto arquivístico permite a reconstituição da “biografia funcional” dos registros por meio de sua disposição original a partir de uma proveniência identificável.

A fase da prova documental pressupõe a articulação da “fase documental” às fases explicativa, compreensiva e literária de representação, valendo-se da autoridade cognitiva e institucional daquele que interpreta e valida o documento como prova. Quando num contexto judicial ou historiográfico busca-se alcançar a prova documental mediante a “soma de indícios e dos testemunhos, cuja amplitude final alcança a amplitude inicial de rastro” (Ricœur, 2007, p.186). Essa noção de rastro inclui, também, o indício como “testemunho não escrito”, seja ele natural ou artificial, mas contido num suporte.

Joan Schwartz e Terry Cook abordam, no contexto arquivístico, as forças subjacentes ao saber profissional e ao poder de definir aquilo que será considerado como memória ou meio para a representação da realidade. O arquivo e o documento são expressões de poder orientadas por saberes legitimados (Schwartz e Cook, 2004). A ilusão de transparência dos artefatos e dos conteúdos informacionais “são igualmente insumo das relações institucionais de poder” (Freitas, 2012, p.69). Para além do arquivo, o valor indiciário e de poder/saber

dos objetos também encontra lugar contextual nas coleções.

O desenvolvimento de coleções [xx] – embora com motivações que possam remeter a tempos e contextos remotos, desde a Antiguidade, ou não tão remotos, como no início da Idade Moderna (Pomian, 1984) – corresponde, na segunda metade do século XX, a práticas biblioteconômicas disciplinadas inicialmente nos EUA com o objetivo de planejar e contextualizar documentos em coleções.

Elas foram influenciadas pelos estudos organizacionais num momento marcado pelo avanço técnico e tecnológico. As bibliotecas e os espaços congêneres, a partir de então, têm se dedicado, de forma sistemática, ao planejamento de coleções haja vista a ampliação do oferecimento de produtos e serviços de informação no contexto tradicional (analógico) e contemporâneo (que inclui, ainda, realidades digitais e em rede).

A atuação dos profissionais de informação, em ambos os contextos, ocorre no âmbito presencial ou remoto, seja no espaço físico (prédio ou servidor computacional) ou na guarda e armazenamento em estantes ou em *software* e *hardware* para permitir a preservação, a organização, o acesso, a recuperação e o uso da informação (Tamaro, 2008).

O desenvolvimento de coleções se operacionaliza em processos/práticas: (a) estudo de comunidade, (b) seleção (positiva), (c) aquisição, (d) avaliação, e (e) desbastamento, ou seleção negativa (Evans, 2000). Os processos são desencadeados de modo cíclico, contínuo e direcionado pela instituição ao sistema, concepção tradicional, e/ou direcionado à comunidade usuária, concepção emergente.

A seleção constitui um dos principais processos, haja vista que, a partir dela, o objeto será valorado mediante a atribuição de significado. Com isso, fará parte de uma coleção, agora na condição de um objeto com valor institucional/social, ou seja, um documento. Há, com efeito, a transformação do objeto em alguma “coisa”, num sistema (Buckland, 1991), ou nalgum “semióforo”, exposto ao olhar (Pomian, 1984), cujo conteúdo estará pronto para ser tratado e organizado para ser recuperado, acessado e utilizado.

A organização do conhecimento [xxi] é um campo de investigação no âmbito das ciências da documentação e da informação (Hjørland, 2003) que busca “ordenar e suprir o conhecimento” (Jaenecke, 1994). O campo traz subsídios teórico-metodológicos para a elaboração de produtos documentais mediante a produção e a utilização de instrumentos metainformacionais ou linguagens documentais. Constitui um trabalho intelectual que tem o documento e a informação nele contida (conteúdo) como objeto para a produção e a utilização da metainformação para fins de recuperação, acesso e uso da informação.

O percurso histórico da área pode ser observado a partir da trajetória do tratamento temático da informação que está vinculada às iniciativas metódicas e técnicas de análise, de descrição e de representação do conteúdo do documento (Barité, 1998). Esse tratamento é operacionalizado com vistas a intermediar a produção e o uso da informação, podendo ser observadas em ao menos três correntes que correspondem a práticas de organização da informação: a catalogação de assunto (*subject cataloguing*), de influência estadunidense; a indexação (*indexing*), de influência inglesa; e a da análise documental (*analyse documentaire*), de influência francesa (Guimarães, 2008).

A análise documental, p. ex., busca representar signos, em termos de tratamento temático da informação, para a organização com vistas à recuperação do conteúdo para ser utilizado (8). A abordagem decorre de estudos conduzidos por Jean-Claude Gardin na França, encontrando relação dialógica aos estudos desenvolvidos por Jean Perreault, nos EUA, e por Derek Austin, na Inglaterra. Na década de 1980 essa perspectiva repercutiu no trabalho do Grupo TEMMA, coordenado por Johanna W. Smit na Universidade de São Paulo (USP), ocasião em que se estabeleceram relações com pesquisadores espanhóis. Os processos de análise, síntese e representação resultam na indexação do documento como uma parte integral da análise documental (Smit e Guimarães, 2015).

Em síntese, a análise documental consiste na prática de representação de conteúdo com vistas a uma efetiva busca e recuperação, resultando em produtos derivados da condensação (resumos) e da indexação (termos de indexação). Tais produtos decorrem de operações sistemáticas de decomposição (análise) e representação do conteúdo documental. Há, para tanto, a pressuposição de saberes interdisciplinares (lingüística, inteligência artificial, lógica) que requerem um conjunto de ferramentas denominadas linguagens documentais (Smit e Guimarães, 2015).

John Buschman, apoiando-se em autores com leituras foucaultianas, como Frohmann, Dick e Budd, evidencia que os saberes biblioteconômicos/documentalistas exercem o poder institucional ao definirem, p. ex., o que é verdadeiro ou falso, o que entra ou permanece no acervo [em práticas, p. ex., de seleção positiva ou negativa da informação], os meios de representação e organização da informação [em práticas, p. ex., de análise documental], ou quando defendem a neutralidade/objetividade técnica (Buschman, 2010). Se não há práticas descompromissadas ou neutras por parte dos sujeitos institucionais, o engajamento também alcança, ou é orientado, pela sistematização dos saberes em campos do conhecimento (Murguia, 2014).

3.4 Contextos epistemológicos e políticos: materialidade, institucionalidade e representação

Introduzidos os elementos que compõem os cinturões “externo” e “protetor”, neste momento serão apresentados contextos do “núcleo” do programa proposto. Para tanto, há de se considerar, primeiramente, que a relação objeto, informação e documento pode ser pensada em termos de materialidade, institucionalidade e modos de representação em dimensões epistemológica e política.

Preocupações epistemológicas tendem, p. ex., a situar o documento como expressão de materialidade e de institucionalidade da informação em campos do conhecimento. Nessa direção, o recurso histórico-conceitual pode ser empregado para a investigação do documento em disciplinas que o tem como objeto de estudo, como é o caso da diplomática, da arquivologia, da história, da documentação, da ciência da informação, dentre outras (Rabello, 2011). Vejam-se, a seguir, exemplos de concepções formuladas por autores clássicos de uma disciplina que tem a palavra documento como radical de sua própria designação, a documentação.

O documento pode denotar um objeto em si mesmo, uma menção do objeto na classificação ou no catálogo geral que faz o inventário dos objetos, bem como parte de coleções determinadas ou catálogo de documentos relativos às coisas. Noutras palavras, os princípios de organização de documentos consideram “realidade” (objetos), “reprodução da realidade” (documentos) e “escrito sobre uma reprodução da realidade” (modos de representação) (Otlet, 1934, p. 272-373).

Essa linha de raciocínio é complementada com a dimensão indiciária, simbólica e probatória envolvida no processo de representação documental. Corroborando o conceito de documento creditado a um “bibliógrafo contemporâneo preocupado com a clareza”, Briet o considera “uma prova que sustenta um fato”. E acrescenta: “é todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, de reconstituir ou de provar um fenômeno físico ou intelectual” (Briet, 1951, p. 7) (9).

Desde tais contribuições, a transformação de objeto em documento pode ser interpretada a partir da relação materialidade (aqui entendida como fisicalidade do suporte), intencionalidade (objeto como evidência), processamento (transformação em documento, inserido e mantido numa instituição) e posição fenomenológica (percepção do indivíduo/intérprete) para a representação de algum fenômeno (Buckland, 1997).

A dimensão simbólica do documento abrange a indiciabilidade (capacidade de representação) e a prova (modo de representação). Ademais, como discurso, tal dimensão está nalguma medida presente na concepção antiga tocante ao radical da palavra documento – *docere* – nos verbos ensinar, exemplificar, instruir, avisar, demons-

trar, mostrar, contar, informar, dentre outros (Valente, 1978; Lund, 2010).

A relação materialidade, institucionalidade e representação encontra referência na racionalidade própria à ciência moderna. Parte dos primórdios de tal racionalidade se fundamenta na classificação, na interpretação e na descrição da realidade, seja ela social ou natural, mediante alguma teoria e método que garanta positividade ao modo de representação do objeto estudado (Foucault, 1999, p. 178). A classificação, nesse contexto, apresenta um ordenamento cuja disposição relacional permite que os objetos possam adquirir vínculos significativos entre si, sejam vínculos entre objetos naturais ou artificiais (Murguia, 2010; Souza e Murguia, 2012).

Como o documento corresponde à materialidade da informação, nomeando-a, e a concepção de materialidade é relevante para a compreensão dos aspectos e alcances públicos e sociais da informação, logo, os estudos de documentação se tornam estratégicos e necessários (Frohmann, 2006).

No campo das ciências da documentação e da informação observam-se modos de representação da realidade abordados em termos de valor probatório ou de legitimação de discursos (Rabello e Rodrigues, 2014). Em tais modos de representação, dimensões epistemológica e política do documento podem ser explicadas por meio do binômio institucionalidade e materialidade da informação (Rabello, 2018).

O entendimento de representação inequívoca da realidade, mediante o documento, foi fundamental na produção científica dos oitocentos e leva à concepção da “informação como prova” (Rabello e Rodrigues, 2019). Nesse contexto, existem correntes teóricas no âmbito das ciências humanas e sociais que defendem a imparcialidade dos sujeitos produtores, intermediadores ou intérpretes do documento. Tais correntes, também denominadas positivistas, se fundamentam no arquétipo das ciências naturais.

A concepção de que o documento, quando autêntico, leva à verdade é central para saberes como o da diplomática (sistemizados no séc. XVII). Somados a preceitos positivistas, os saberes da diplomática orientaram outros no século XIX, tais como os saberes judiciário, historiográfico e arquivístico. Há, nessa concepção, a pretensão de permanência da semântica originária da mensagem, desde a “evidência” (física), tornada “coisa” institucionalizada, representada, intermediada e concebida como “prova” (modo de representação/uso).

Os modos de representação da “informação como prova” [xxii] encontram fundamento na premissa “o documento, quando autêntico, leva à verdade” para a representação fidedigna da realidade (Rabello e Rodrigues, 2019, grifos dos autores).

Num entendimento diverso ao de “informação como prova”, o documento é compreendido como monumento (algo com valor político), ou seja, como um meio para a legitimação de discursos (Rabello e Rodrigues, 2014). Nele, o conhecimento acadêmico, ao validar algum objeto como prova, o faz como expressão de exercício de poder.

Tal entendimento orienta saberes críticos ao positivismo ao considerar que a relação poder/saber influencia o fenômeno informacional nas práticas informacionais, p. ex., de seleção (para inserção de objetos num sistema) e de tratamento e organização (também resultantes de julgamento e validação) do algo a se provar ou representar, podendo abranger, além da preparação para intermediação, contextos de uso e apropriação da informação.

Os modos de representação da “informação como monumento” [xxiii] encontram fundamento na premissa foucaultiana “todo documento é um monumento” para a legitimação de discursos *sobre* a realidade (Rabello e Rodrigues, 2019, grifos dos autores). Isso implica na dimensão política por meio da qual as práticas discursivas se inserem. Tal dimensão é, portanto, constituinte e constituidora de discursos.

4 Apresentação e análise dos resultados: caminhos, articulações conceituais e tese do programa

4.1 Síntese dos caminhos e articulações conceituais

O programa de investigação estrutura-se em cinturões “externo” (heurísticas) e “protetor” (pressupostos) que envolvem o “núcleo” do programa proposto. Para cada elemento dos cinturões foram delineados caminhos, conforme o quadro (Apêndice 1) e a figura (Apêndice 2).

Dentre os caminhos metodológicos para a reflexão sobre a materialidade e a institucionalidade da informação, destacam-se contextos particulares [i] pragmáticos, voltados para dinâmica da [iv] validação e da revalidação das “pretensões de validade” num contexto comunicativo; [ii] hermenêuticos, direcionados para a [v] materialidade dos enunciados que circulam socialmente; e/ou [iii] fenomenológicos, tocantes a [vi] horizontes políticos das práticas discursivas, orientadas, dentre outros aspectos, pela [vii] relação poder/saber.

No que tange aos pressupostos teóricos, são enfatizados [viii] os esforços de atribuição de significação dos testemunhos materiais da intervenção do homem sobre os espaços e os objetos; [ix] a expressão racional do Estado moderno traduzida [x] simbolicamente como “capital de informação”; [xi] os regimes, onde agências informacionais (ações e práticas) são realizadas em configurações e escalas, em transversalidades de processamento e de [xii] infraestruturas de informação,

bem como em modularidade de plataformas digitais e em rede.

Em tais infraestruturas encontram-se objetos como suporte de informação [xiv] analógico e [xv] digital que ilustram a [xiii] fisicalidade da informação; tais objetos são elementares para o estudo da [viii] cultura material. Nessa direção, dentre as possibilidades de investigação estão aquelas direcionadas aos produtos das [xvii] ações estratificadas em [xviii] práticas formalmente institucionalizadas ou em contextos emergentes, contando com institucionalidades menos formais. Tais práticas definem a [xvi] materialidade da informação alcançada mediante enunciados orientados por determinado discurso ou racionalidade.

As [xviii] práticas informacionais estão para além do acesso, uso e apropriação da informação, quando concebidas como especificação dos estratos das [xvii] ações de informação. Elas podem ser observadas, p. ex., na [xix] passagem da memória natural para a memória artificial ou para outros modos de representação; ou na transformação do objeto em documento institucionalizado em [xx] coleções; ou mediante o tratamento da informação para fins de [xxi] organização do conteúdo em sistemas com intuito de recuperação e uso, dentre outras possibilidades.

A informação materializada e institucionalizada pode ser abordada em contextos epistemológicos e políticos, encarnados na expressão poder/saber. Os modos de representação podem ser pensados, p. ex., em termos de [xxii] “informação como prova”, fundamentada na premissa “o documento, quando autêntico, leva à verdade” para a representação *da* realidade; ou em termos de [xxiii] “informação como monumento”, fundamentada na premissa “todo documento é um monumento” para a legitimação de discursos *sobre* a realidade.

Observa-se, em tais caminhos e articulações conceituais, que o programa proposto, inspirado em Lakatos, é um produto de eletividades, à medida que corresponde a uma construção particular do objeto. Seus elementos, sobretudo os enunciados que dão suporte ao “núcleo”, devem ser continuamente postos à prova de modo a tentar falseá-los e refutá-los. A figura, no Apêndice 2, apresenta a composição dos “cinturões” em torno do “núcleo”.

Na agenda de investigação sistematizada não há restrição quanto ao acréscimo de enunciados que venham a contribuir com o “núcleo”, tampouco quanto à criação de outros programas em convívio mútuo. Neste último caso haveria a possibilidade de uma profícua ampliação de horizontes com a criação de outros pressupostos para o estudo da informação materializada e institucionalizada ou de outros núcleos, considerando perspectivas e enunciados que podem convergir ou divergir, parcial ou totalmente. Tendo em vista os caminhos e as articulações conceituais até aqui apresentados, a pró-

xima seção traz a síntese argumentativa que fundamenta o argumento central que anima o programa.

4.2 Informação materializada e institucionalizada como documento

A materialidade e a institucionalidade da informação estão pressupostas no documento como produto da valoração do objeto. O documento apresenta força referencial ao servir como vetor de caminhos de investigação à medida que se constitui como um produto de ações e práticas sociais, podendo ser apreciadas em dimensões epistemológicas e políticas. Tais agências são constituidoras e constituídas por institucionalidades da informação as quais têm o acesso e as condições de atuação condicionadas pela materialidade em diferentes perspectivas.

O conceito documento pressupõe alguma autoridade para a atribuição do valor que o constitui. A palavra objeto remete à fisicalidade ou à existência de uma coisa com ou sem finalidade, utilidade e intencionalidade. O documento, como conceito síntese, reúne fisicalidade e valor orientados pela intenção e/ou função institucional atribuída ao objeto. Dito de outro modo, o documento ascende uma coisa à condição de algo com significação e exposta ao olhar (semióforo) ou alça um objeto como evidência à condição de informação (como coisa) institucionalizada num determinado sistema, em espaços mais ou menos formalizados.

A ideia de materialidade do documento pressupõe a procedência e o percurso da informação até sua marca, impressão, registro num suporte, analógico ou digital, momento em que os signos encontram fisicalidade. A fisicalidade não é a única característica definidora da materialidade do documento, já que o documento sintetiza, ele próprio, o fenômeno valorativo proveniente de práticas sociais, discursivas, pragmáticas, simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em institucionalidades diversas.

A fisicalidade da informação se apresenta como a ponta de um *iceberg* em cuja base se situa a materialidade do documento. Tal materialidade está submersa, p. ex., em manifestações de culturas materiais, em modos de racionalidade do Estado e em regimes de informação. É mediante a superfície da fisicalidade que se chega à proveniência da materialidade, onde estão situadas as intencionalidades atribuídas ao objeto antes mesmo de ele ser valorado institucionalmente como documento, tais como memória, identidade, afetividade, intencionalidade, manuseabilidade, instrumentalidade, biografia do suporte, enfim, características que passam por eletividades que atribuem ao objeto virtudes de um item passível de ser colecionável.

Os valores informacionais e institucionais são atribuídos aos objetos à luz da diversidade de documentalidades próprias à criação do objeto ou designados posteriormente. Uma função documental pode se desdo-

brar, como enunciado, transversalmente em campos do saber, ainda que carregando consigo particularidades construídas em seu respectivo sistema de formação, como é o caso do documento como *prova*, seja ela administrativa (administração), jurídica (direito), historiográfica (história), jurídico-administrativa-histórica (arquivologia).

Essas funções muitas vezes se confundem com o trajeto biográfico do objeto, por meio do qual se relaciona com a instituição de criação ou de manutenção, responsável, p. ex., pela adjetivação do documento como arquivístico, biblioteconômico, museológico, dentre outras. Aqui se soma à trajetória institucional do objeto (em sistemas e em ambiências institucionais) o valor do documento como objeto de estudo para campos do saber encarregados, mediante formação profissional ou para investigação, de operacionalizar teorias, métodos e técnicas para contextualizá-lo institucionalmente.

Nos domínios institucional e disciplinar, a informação contida no documento pode ser validada com distintas finalidades. No âmbito historiográfico, p. ex., o documento autêntico pode ser concebido como o simples espelho da realidade e/ou como resultado de expressões de poderes e de saberes que o (re)dimensiona à condição de monumento. A perspectiva do documento monumento considera a legitimação de discursos *sobre* a realidade.

Quando o documento autêntico é concebido como documento monumento – ou seja, como um discurso possível, considerando regras e normas segundo variáveis como cultura ou conjuntura política e econômica – há a complementação da força probatória daquele para a busca de verdade por parte dos vencidos ou silenciados, mediante a comprovação documental que responsabiliza, p. ex., perpetradores de violência de toda natureza ou que assegure direitos dos cidadãos.

Já o documento monumento, igualmente como expressão de poder/saber, pode, no sentido inverso, desqualificar o documento autêntico. A perda da força probatória pode ser observada quando há esterilidade da tentativa de se provar violações de direitos humanos em alguns estados teocráticos cujo regime jurídico não prevê determinados direitos, p. ex., para mulheres, homossexuais ou para determinados grupos étnicos, ou em cuja historiografia oficial não tematize tais questões.

Ambas as perspectivas podem interferir em práticas documentais. Nelas, ressalta-se o processo de seleção que representa um *modus tollens* da transformação do objeto em documento. Na seleção algum aspecto da materialidade é evocado pelo profissional, p. ex., para o desenvolvimento de coleções, para a curadoria de exposições ou para a contextualização de fundos documentais. O exercício de poder ocorre no momento da validação da informação, ou seja, quando o objeto é considerado documento (p. ex., seleção positiva) ou o

seu valor/significado documental é desconsiderado (p. ex., seleção negativa), podendo, para tanto, sofrer influências – de foro íntimo, institucional ou externa – de ordem política, econômica, moral, religiosa, dentre outras.

Ademais, depois da seleção de determinado objeto (atribuição de valor documental), a propriedade indiciária do documento permite que ele seja tratado, isto é, analisado, “desconstruído” para ser “reconstruído” em modos de representação com a finalidade de organização do seu conteúdo para a recuperação e uso da informação em sistemas. Igualmente tocado por forças institucionais que regem poder, instrumentos de representação para recuperação da informação podem dar voz ou silenciar minorias ou grupos em busca de direitos sociais, bem como permitir ou omitir caminhos para o acesso à memória, pessoal ou coletiva.

O documento [xxiv], como produto da informação materializada e institucionalizada, é um valor informacional que se atribui ao objeto, ou seja, é o produto da significação ou da função atribuída a uma coisa institucionalizada num determinado contexto. A materialidade do documento é ulterior à fisicalidade da informação num suporte. Todo documento: (a) representa algo e pode ser representado; (b) é uma expressão simbólica de poder/saber.

5 Conclusões

Em termos operacionais, o programa de investigação, voltado para o estudo dos fenômenos de materialização e institucionalização da informação, não tem a pretensão de trazer respostas definitivas sobre o tema. O programa, ao apontar para caminhos, tende a suscitar pesquisas a serem verticalizadas à luz das variáveis possíveis ante a sobreposição ou à justaposição dos elementos estruturantes, que podem ser arranjados ou rearranjados conforme o problema particular a ser enfrentado. Os elementos constituintes do programa demonstram que a materialidade e a institucionalidade da informação podem ser investigadas a partir de diferentes perspectivas, tendo o documento como suscitador de caminhos.

O documento [xxv] se constitui como um produto de ações e práticas sociais, sendo definido, especificamente, por distintas institucionalidades da informação as quais têm o acesso e as condições de atuação condicionadas pela materialidade em diferentes perspectivas.

Um dos principais desafios consiste em explorar as possibilidades apresentadas no programa. O desafio se estende ao se considerar, p. ex., a existência de um regime emergente de materialidade da informação. Nele se opera a produção do valor social atribuído ao objeto mediante ações e práticas em contextos socio-culturais e sob a influência de saberes e poderes que

ordenam fluxos e infraestruturas globais, podendo estar modalizados em plataformas digitais e em rede, onde as agências são realizadas por sujeitos não-estatais, estatais e “emergentes”.

No âmbito particular, contextos institucionais, disciplinares e do cotidiano constituem espaços onde são reinventadas práticas e onde se validam modos de materialidade significativos dos documentos. Das possibilidades tecnológicas, sobretudo as digitais e em rede, emergem, a cada dia, novos documentos, à medida que se criam recursos para, p. ex., intercruciar dados e extrair signos probatórios de representação para a criação ou intermediação de produtos e serviços de informação.

Conquanto os enunciados xxii, xxiii, xxiv e xxv evidenciem acepções básicas e essenciais para o “núcleo” do programa, tal como preconizado por Lakatos, o entendimento da complexidade do fenômeno da institucionalização e da materialização da informação tende a recepcionar porvires de delimitação conceitual, bem como se constitui como terreno propício para provocar perguntas a serem desbravadas.

Dentre as perguntas possíveis, duas delas merecem destaque: considerando os regimes emergentes de materialidade digital e em rede, como estão sendo operacionalizadas novas documentalidades? Como as novas assimetrias entre produção e consumo de informação condicionam ou são condicionadas pelas novas documentalidades, tocantes, p. ex., ao processo de dataficação, que transforma as interações sociais na *Web* em dados sistematicamente coletados e analisados por plataformas em setores públicos e privados?

Tais contextos levam a problemas político-epistemológicos e a dilemas éticos que precisam ser enfrentados. Ao considerar a complexidade e os desafios do atual cenário informacional, espera-se que a sistematização de um quadro teórico-metodológico possa contribuir para reflexões sobre perspectivas de materialidade e de institucionalidade da informação, bem como para a “teoria do documento”.

Notas

- (1) A trajetória de investigação reflete preocupações inicialmente suscitadas e/ou compartilhadas com pesquisadores em programas de pós-graduação em ciência da informação, primeiramente com José Augusto Chaves Guimarães (Unesp) e com Eduardo Murguia, *in memoriam* (Unesp) e, ainda recentemente, com Maria Néida González de Gómez (Ibict) e com Georgete Medleg Rodrigues (UnB). Agradecendo a generosidade dos pesquisadores em compartilhar seu conhecimento naquelas oportunidades, propõe-se seguir as trilhas investigativas advindas de tais interlocuções.
- (2) A documentação historicamente enfatiza o *documento* com conteúdo registrado. Já ciência da in-

- formação prioriza, por vezes, a *informação* como processo cognitivo e/ou comunicacional e/ou como registro. O processo priorizado na documentação é a *organização* do documento (Otlet, 1934) para a recuperação do seu conteúdo. A criação da ciência da informação está inicialmente associada à *recuperação* da informação (Bush, 1945) previamente organizada segundo condicionantes tecnológicos. Em tais tradições, a ideia de sistema é central. O controle do documento/informação no sistema se dá valendo-se de modos de validação, tais como seleção prévia e tratamento descritivo e temático dos conteúdos, fazendo uso de aparatos tecnológicos. Dito de outro modo, o interesse está voltado para subtrair algo do conteúdo que pode ser representado e organizado para fins de recuperação, acesso, disseminação e uso.
- (3) Valendo-se da via epistemológico-histórica e pragmática, Ortega e Saldanha (2019) observam que, para além do contexto originário clássico otlet-brietiano, a documentação tem passado por diferentes leituras. Destacam-se as contribuições francesas, a partir de 1960, de Robert Escarpit, Jean Meyriat e Robert Estival, próximas ao conceito de informação anglo-americano, até à guinada crítica neodocumentalista, protagonizada por autores como o australiano Boyd Rayward, o alemão Bernd Frohmann, o britânico Michael Buckland, o estadunidense Ronald Day e o norueguês Niels Lund. Contando com esse cenário, Ortega e Saldanha (2019, p. 189-190) realizam um estudo histórico-conceitual mediante o qual se chega ao entendimento “clássico” de documento como “produto de ações de mediação, as quais se realizam por atividades como seleção, representação, ordenação, exposições” ou à concepção neodocumentalista construída a partir das “[...] relações de poder que envolvem enquanto objeto produzido pelo homem, portanto, relações localizadas histórica, social e politicamente”.
- (4) Para o desenvolvimento contínuo do programa de investigação, o falseacionismo metodológico, de Karl Popper, contribui para refletir acerca da sustentação das heurísticas e dos pressupostos que fundamentam e protegem o núcleo. Popper, ao criticar o indutivismo, postula que a falseabilidade como critério de demarcação parte do pressuposto de que um sistema científico apresente forma lógica “tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico” (Popper, 2013, p. 42).
- (5) Contando com o núcleo “sistema informativo-documental”, o programa proposto por Rendón Rojas (2005) reitera entendimentos segundo os quais a ideia de sistema de informação é central e estruturante para perspectivas tradicionais das ciências da documentação e da informação.
- (6) A autora, ao investigar fenômenos como a validação científica, tem considerado, além da epistemologia e da política, dimensões éticas da informação (González de Gómez, 2015).
- (7) O suporte digital pode apresentar ao menos três camadas: 1. Física – gravação de um código de linguagem numa mídia; 2. Lógica – reconhecimento do objeto digital pelo *software*; 3. Conceitual – compreensão pelos indivíduos quanto ao conteúdo, à formatação e à estruturação. Apresenta atributos, tais como editabilidade, abertura, reprogramação, distribuição e interatividade (Yamaoka e Gauthier, 2013).
- (8) A origem da trajetória da análise documental remete ao percurso do movimento bibliográfico iniciado na segunda metade do século XIX e que veio a culminar, já no século XX, na proposição da documentação como disciplina, a partir da sistematização de Paul Otlet em seu *Traité de Documentation*, publicado em 1934. A documentação tem como objeto o documento na condição de “um suporte de certa matéria e dimensão [...] em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais” (Otlet, 1934, p. 43).
- (9) Ao analisar o conceito documento no contexto originário da documentação otlet-brietiana, Rabello (2011) chega a demonstrar relações epistemológicas da documentação com a “historiografia positivista” (viés otletiano, numa “fase positivista”) e com a “historiografia dos *Annales*” (viés brietiano, numa “fase hermenêutica”).

Referências

- Barité, M. (1998). Referenciales teóricos vigentes en el área de tratamiento temático de la información y su expresión metodológica. Porto Alegre: ABEBD, 1998. [Relatório técnico do II Enc. de Dirigentes dos cursos superiores de Bibliotecon. dos países do Mercosul, Buenos Aires, 27-29 nov. 1997].
- Bauer, W. (1957). Documentos. // Bauer, W. Introducción al estudio de la Historia. Barcelona: Bosch, 1957.
- Bourdieu, P. (1996). Espírito do Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. // Bourdieu, P. Razões práticas sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- Briet, S. (1951). Qu'est-ce que la documentation? Paris: Éd. Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.
- Bucaille, R.; Pesez, J.-M. (1989). Cultura material. // Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; C. Moeda, 1989. v.16.
- Buckland, M.K. (1991). Information as thing. // JASIS. 45:5 (1991) 351-360.
- Buckland, M.K. (1997). What is a document? // JASIS. 48 (1997) 804-809.
- Burke, P. (1992). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. // Burke, P. (Ed.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- Buschman, J. (2010). Transgredir ou estagnar? Desafiando Foucault na teoria da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). // InCID: Rev. Ci. Inf. Document. 1:1 (jul. 2010) 3-31.
- Bush, V. (1945). As we may think. // TheAtlantic. 10 (July 1945).
- Capurro, R. (2011). The Dao of the Information Society in China and the task of intercultural information ethics. // CEPE 2011: Crossing Boundaries, [S.l.:s.n.], 2011.
- Dreyfus, H. L.; Rabinow, P. (1995). Genealogia do indivíduo moderno: a analítica interpretativa do poder, da verdade e do corpo. // Dreyfus, H. L.; Rabinow, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- Evans, G. E. (2000). *Developing library and information center collection*. Englewood: L. Unlimited, 2000.
- Favier, J. (2001). *Les archives*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- Feder, E. K. (2018). *Poder/saber*. // Taylor, D. (Ed.). Michel Foucault: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018.
- Figueiredo, M. F.; González de Gómez, M. N. (2011). Relações ou semelhanças de família em critérios utilizados para julgamento de informações na web. // *Anais do 12º ENANCIB*. Brasília: ANCIB; UnB (23 -26 out. 2011). 88-103.
- Fonseca, M. O. (2005). *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Foucault, M. (2002). *Nietzsche, a genealogia e a história*. // Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- Foucault, M. (2005). *A arqueologia do saber*. Lisboa: Almedina, 2005.
- Freitas, L.S. (2012). Documento e poder: uma arqueologia da escrita. // *Morpheus*. 9:14 (2012) 58-73.
- Freund, J. (1975). *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- Frohmann, B. (1995). Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. // *Proceedings of the 23th Annual Conference Canadian Association for Information Science*. Edmonton: Alberta, 1995.
- Frohmann, B. (2006). O caráter social, material e público da informação. // Fujita, M.; Marteleto, R.; Lara, M. (Org.). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2006.
- Frohmann, B. (2009). The documentality of mme briet's antelope. // *Proceedings of the Materializing Communication and Rhetoric: Technologies, Infrastructures*. North Carolina: North Carolina State University, 25 Sept. 2009. (Conference).
- González de Gómez, M. N. (1999). O caráter seletivo das ações de informação. // *Informare*. 5:2 (1999) 7-35.
- González de Gómez, M. N. (1999/2000). Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. // *R. Bibliotecon*. Brasília. 23/24:3 (1999/2000) 333-346.
- González de Gómez, M. N. (2002). Novos cenários políticos para a informação. // *Ci. Inf*. 31:1 (2002) 27-40.
- González de Gómez, M. N. (2003). As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. // *Ci. Inf*. 32:1 (jan./abr. 2003) 60-76.
- González de Gómez, M. N. (2009). A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. // *Pesq. Bras. Ci. Inf*. 2:1 (jan./dez. 2009) 115-134.
- González de Gómez, M. N. (2015). Validade científica: da epistemologia à ética e à política. // *Liinc Rev*. 11 (2015) 339-359.
- González de Gómez, M. N. (2016). Habermas y Foucault: la búsqueda del discurso post-epistemológico sobre la ciencia. // *Scire*. 22 (2016) 45-56.
- González de Gómez, M. N. (2019). Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. // *Inf. & Soc.: Est*. 29:1 (jan./mar. 2019) 137-158.
- Grigoletto, M. C.; Murguia, E. I. (2015). As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado. // *Anais do 16º ENANCIB; Informação, memória e patrimônio: do documento às redes*. João Pessoa: ANCIB; UFPB, 2015.
- Guimarães, J. A. (2008). A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). // *RICI*, 1:1 (2008) 77-99.
- Habermas, J. (2010). *Fundamentação linguística da Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- Hjorland, B. (2003). *Fundaments of Knowledge Organization*. // *Know. Org*. 30:2 (2003) 87-111.
- Jaenecke, P. (1994). To What end Knowledge Organization. // *Know. Org*. 21:1 (1994) 3-11.
- Lakatos, I. (1999). *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa: Ed. 70, 1999.
- Lara, M. L. G. (2010). Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. // Freitas, L. S.; Marcondes, C. H.; Rodrigues, A. C. (Org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010.
- Le Goff, J. (1994). Documento/monumento. // Le Goff, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- Lund, N. W. (2010). Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. // *Journal of Documentation*. 66:5 (2010) 734-749.
- Miller, D. (2013). *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Murguia, E. I. (2009). O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. // *Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf. n. esp.* (1. sem. 2009).
- Murguia, E. I. (2010). Documento e instituição: produção, diversidade e verdade. // Freitas, L. S.; Marcondes, C. H.; Rodrigues, A. C. (Org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010.
- Murguia, E. I. (2011). *Da Ciência da Informação à Cultura Material: [os conceitos de Fundo e Coleção como princípios da organização]*. [Rio de Janeiro]: IBICT, 2011. Relatório de Estágio de Pós-doutorado.
- Murguia, E. I. (2014). Saber poder: os agenciamentos da Ciência da Informação com a Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil. // *InCID: R. Ci. Inf. e Document.*, 5:1 (mar./ago. 2014) 4-26.
- Ortega, C. D.; Saldanha, G. S. (2019). A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. // *Perspect. Ci. Inf.*, 24:n. esp. (jan./mar. 2019) 189-203.
- Otlet, P. (1934). *Traité de documentation: le livre sur le livre*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.
- Pomian, K. (1984). *Colecção*. // *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Impr. Nacional; C. Moeda, 1984.
- Pomian, K. (1998). *História cultural, história dos semióforos*. // Rioux, J. P.; Sirinelli, J. F. (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- Popper, K. (2013). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- Rabello, R. (2009). *A face oculta do documento: tradição e inovação o limiar da Ciência da Informação*. Universidade Estadual Paulista – Unesp. Tese de doutorado em Ciência da Informação, Marília, 2009.
- Rabello, R. (2011). A dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. // *Encontros Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, 6 (2011) 131-156.
- Rabello, R. (2012). Ações de informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. *Ci. Inf.*, 41 (2012) 104-121.
- Rabello, R. (2018). Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. // *Encontros Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf*. 23:51 (2018) 138-156.
- Rabello, R.; Rodrigues, G. M. (2014). Prova documental: inscrições e materialidade. // *Tend. Pesq. Bras. Ci. Inf*. 7:2 (2014) 1-21.

- Rabello, R.; Rodrigues, G. M. (2019). Information as proof or monument: materiality, institutionality and representation. // Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf. 24:55 (maio/ago. 2019).
- Rendón Rojas, M. Á. (2005). Bases teóricas y filosóficas de la Biblioteología. México: UNAM, 2005.
- Rendón Rojas, M. Á. (2008). Ciencia biblioteológica y de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Epistemología, metodología e interdisciplina. // Investig. Bibl. 22:44 (2008) 65-76.
- Ricœur, P. (2007). Fase documental: a memória arquivada. // Ricœur, P. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- Rieh, S.Y. (2002). Judgment of information quality and cognitive authority in the Web. // JASIST. 53:2 (2002) 145-161.
- Rieh, S.Y.; Danielson, D. R. (2007). Credibility: a multidisciplinary framework. // ARIST. 41 (2007) 307-364.
- Salarelli, A. (2008). O documento digital. // Tammaro, A. M.; Salarelli, A. A biblioteca digital. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- Saracevic, T. (2009). Relevance: a review of and a framework for the thinking on the notion in information Science. // Braga, G. M.; Pinheiro, L. V. R. (Org.). Desafios do impresso ao digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT, 2009.
- Schwartz, J. M.; Cook, T. (2004) Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. // Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba. 3:3 (2004) 15-30.
- Smit, J. W.; Guimarães, J. A. C. (2017). The epistemological construction of “analyse documentaire” and the influence of Jean-Claude Gardin in Brazil. // Chérvy-Pebayle, É. (Org.). Systèmes d’organisation des connaissances et humanités numériques. Londres: ISTE, 2017.
- Souza, B. G.; Murguia, E. I. (2012). Documentação de fé: reflexões sobre ex-votos e a sala das promessas do Santuário Nacional de Aparecida. // Tend. Pesq. Bras. Ci. Inf. 5:1 (2012).
- Tammaro, A.M. (2008). A coleção digital. // Tammaro, A. M.; Salarelli, A. A biblioteca digital. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- Tragtenberg, M. (1985). Burocracia: da mediação à dominação. // Tragtenberg, M. Burocracia e ideologia. São Paulo: Ática, 1985.
- Valente, J. A. V. (1978). Acerca do documento. // R. Bras. Bibliotecon. Document. 11:3/4 (jul./dez. 1978) 177-198.
- Weber, M. (1978). Ação social e relação social. // Foracchi, M. M.; Martins, J. S. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- Weber, M. (2002). Burocracia. // Weber, M. Ensaio de sociologia. 5. ed. São Paulo: LTC, 2002.
- Weber, M. (2004). A ética protestante e o espírito do capitalismo. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- Wersig, G.; Windel, G. (1985). Information Science needs a theory of ‘information actions’. // Social Science Information Studies. 5 (1985) 11-23.
- Yamaoka, E. J.; Gauthier, F. O. (2013). Objetos digitais: em busca da precisão conceitual. // Informação & Informação. 18:2 (ago. 2013) 77-97.

Copyright: © 2019. Rabello. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 2019-05-05 Accepted: 2019-06-14

Apêndices

Apêndice 1 - Quadro

Estrutura	Elementos	N.	Caminhos	
CINTURÕES “EXTERNOS”	Heuríst. de fundo	Pragmática	i	Fundamenta, dentre outras, a teoria da ação comunicativa.
		Hermenêutica	ii	Fundamenta, dentre outros, o método arqueológico.
		Fenomenologia	iii	Fundamenta, dentre outros, o método genealógico.
	Heurísticas particulares	Teoria da ação comunicativa	iv	Fundamenta a dinâmica da validação e da revalidação das “pretensões de validade” em contextos ilocucionários.
		Método arqueológico	v	Fundamenta a reflexão sobre as práticas discursivas e sobre a materialidade dos enunciados que circulam socialmente.
		Método genealógico	vi	Fundamenta os horizontes políticos das práticas discursivas, apresentando limitações da hermenêutica para investigar tais práticas quando tocantes à relação poder/saber.
		Relação poder/saber	vii	Traduz, em parte, a tensão entre conhecimento implícito e explícito em modos de poder que funcionam na cultura, nos costumes, nas instituições e nos indivíduos, gerativos de efeitos “produtivos” de ações e reações.
CINTURÕES “PROTETORES”	Pressupostos de fundo	Cultura material	viii	Corresponde a contextos socioculturais e de produção de conhecimento, a partir da interpretação metódica das significações dos testemunhos materiais da intervenção do homem sobre os espaços e os objetos.
		Burocracia	ix	Corresponde ao domínio racional legal, ou seja, é o meio pelo qual o Estado racional moderno age, guardadas as exceções, mediante a lei. É a expressão racional do Estado moderno.
		Dimensão simbólica	x	Traduz, em parte, o “capital de informação” cuja dimensão objetiva se expressa em operações unificadas, totalizadoras, universalizantes e homogeneizadoras.
		Regimes de informação	xi	Correspondem às ações e práticas de informação que direcionam, em diferentes níveis, a geração, a organização e a transferência da informação em meios, canais e infraestruturas por sujeitos, sejam eles produtores, mediadores ou destinatários – usuários específicos ou audiências amplas.
		Infraestruturas de informação	xii	Caracterizam-se por sistemas, serviços, ferramentas, processamento de informação e/ou redes interconectadas, centralizadas, descentralizadas ou distribuídas. Podem abranger plataformas e dispositivos tecnológicos, banco de dados, artefatos (objetos, documentos).
	Pressupostos particulares	Fisicalidade da informação	xiii	Corresponde às propriedades físicas do objeto-suporte de informação que permite sua existência no espaço e no tempo.
		Objeto-suporte analógico	xiv	Corresponde à escala elementar das infraestruturas de informação. É elementar para os estudos da cultura material. Nem todo suporte analógico é eletrônico.
		Objeto-suporte digital	xv	Corresponde à escala elementar das infraestruturas de informação. É elementar para os estudos da cultura material. Todo suporte digital é eletrônico, mas nem todo suporte eletrônico é digital.
		Materialidade da informação	xvi	Corresponde às ações e práticas expressas institucionalmente, quando afeta ou cria efeitos simbólicos ou práticos conduzidos por enunciados orientados por determinado discurso ou racionalidade expressos nos objetos.
		Ações de informação	xvii	Se concebidas no âmbito dos regimes de informação, desvelam o caráter estratificado da informação. P. ex., esclarecem, a partir da especificação em práticas documentais, qual é o caso em que o objeto, valorado como documento, será o caso.
		Práticas informacionais	xviii	Se concebidas no âmbito dos regimes de informação, estão para além do acesso, uso e apropriação da informação, à medida que podem ser concebidas como especificação dos estratos das ações de informação.
		Arquivamento	xix	Corresponde ao campo da arquivologia, contemplando práticas intermediadoras (dentre as quais relacionadas ao campo da organização) para a constituição da memória artificial. Estão situadas entre o testemunho oral (memória natural), as ações administrativas e jurídicas e a prova documental (modo de representação).
		Seleção da informação	xx	Corresponde ao campo do desenvolvimento de coleções, sendo um processo <i>modus tollens</i> para a validação da informação e a transformação do objeto em documento, em termos de institucionalização formal – por vezes com o foco na informação e/ou na materialidade/intencionalidade do objeto – ou, como no caso do colecionismo, menos formal – com o foco na materialidade/intencionalidade do objeto.
		Organização da informação	xxi	Corresponde ao campo da organização do conhecimento que tem como objeto de estudo o conhecimento por vezes expresso no conteúdo do documento. Está relacionada com a elaboração de produtos documentais (descritivos e temáticos) mediante a produção e o emprego de linguagens artificiais, com vistas à organização, recuperação e uso da informação.

NÚCLEO	Contexto	Dimensões epistemológica e política: materialidade, institucionalidade e representação	xxii	Os modos de representação da “informação como prova” encontram fundamento na premissa “o documento, quando autêntico, leva à verdade” para a representação fidedigna da realidade.
			xxiii	Os modos de representação da “informação como monumento” encontram fundamento na premissa foucaultiana “todo documento é um monumento” para a legitimação de discursos sobre a realidade.
	TESE	“A informação materializada e institucionalizada constitui o documento”	xxiv	O documento é um valor informacional que se atribui ao objeto, ou seja, é o produto da significação ou da função atribuída a uma coisa institucionalizada num determinado contexto. A materialidade do documento é ulterior à fisicalidade da informação num suporte. Todo documento: (a) representa algo e pode ser representado; (b) é uma expressão simbólica de poder/saber.
			xxv	O documento se constitui como um produto de ações e práticas sociais, sendo definido, especificamente, por distintas institucionalidades da informação as quais têm o acesso e as condições de atuação condicionadas pela materialidade em diferentes perspectivas.

Quadro – Programa de investigação: estrutura, elementos e caminhos
Fonte: Elaborado pelo autor.

Apêndice 2 – Figura

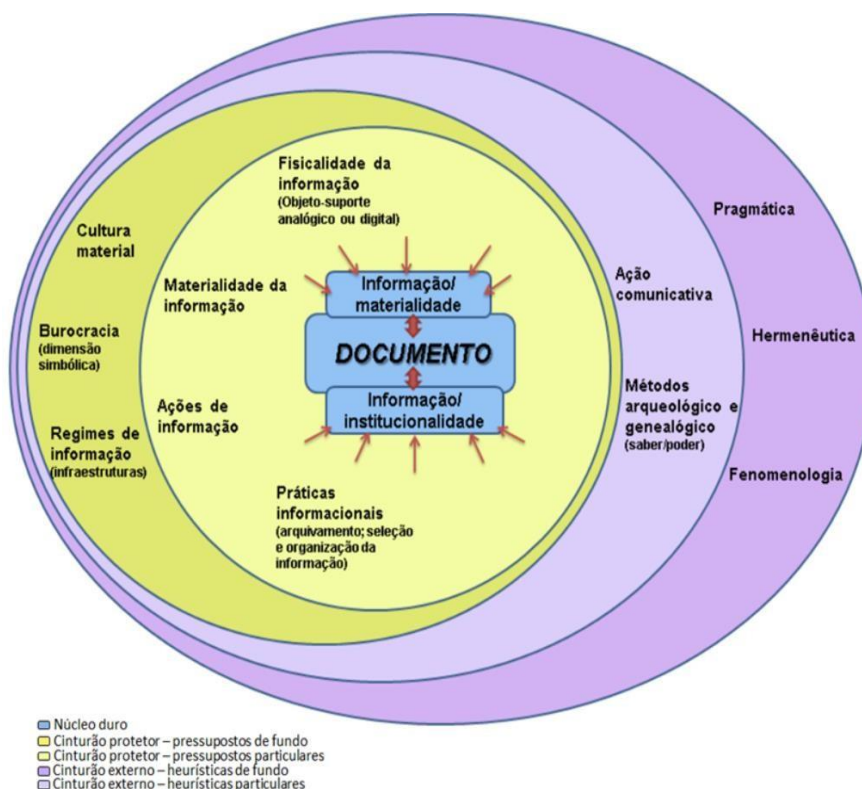


Figura. Programa de investigação – Informação materializada e institucionalizada como documento
Fonte: Elaborada pelo autor.